



Instituto de
HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Elaine Santos de Sousa

O PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DE PEREIRA PASSOS (1903) NAS PÁGINAS
DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ

Rio de Janeiro

2018

O PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DE PEREIRA PASSOS (1903) NAS PÁGINAS
DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ

Elaine Santos de Sousa

Instituto de História / CFCH Bacharelado em História

Orientador: Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas da Fonseca

RIO DE JANEIRO

2018

O PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DE PEREIRA PASSOS (1903) NAS PÁGINAS
DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ

Elaine Santos de Sousa

Monografia submetida ao corpo docente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel.

Aprovada por:

Prof. (Doutor) Marcos Luiz Bretas da Fonseca

Prof. _____ (titulação)

Prof. _____ (titulação)

Rio de Janeiro

2018

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Eliete e Daniel, por todo o apoio, a Deus que em todos os momentos esteve comigo e aos amigos que conheci em minha jornada na UFRJ.

RESUMO

SOUSA, Elaine Santos de. **O primeiro ano do governo de Pereira Passos (1903) nas páginas do jornal Correio da Manhã**. Orientador: Marcos Bretas. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Instituto de História, 2018. Monografia (Bacharelado em História).

O objetivo deste trabalho é analisar como o jornal Correio da Manhã representou em suas páginas o primeiro ano (1903) de Pereira Passos como prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Procurei por meio do exame das publicações do referido jornal, um dos mais influentes na época, compreender como ele construiu um discurso favorável a Pereira Passos, até hoje citado como exemplo de bom prefeito, e a reforma urbana que ele conduziu e tantos impactos produziu para a população.

ABSTRACT

SOUSA, Elaine Santos de. **O primeiro ano do governo de Pereira Passos (1903) nas páginas do jornal Correio da Manhã**. Orientador: Marcos Bretas. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Departamento de História, 2018. Monografia (Bacharelado em História).

This work goal is to analyze how Correio da Manhã newspaper represented in this pages the first year (1903) of Pereira Passos as mayor of the city of Rio de Janeiro. I looked through the publications of the newspaper, one of the most influential at the time, to understand how he constructed a speech favorable to Pereira Passos, who has been cited as an example of a good prefect, and the urban reform he led, the population.

SUMÁRIO

1) INTRODUÇÃO.....	08
2) CORREIO DA MANHÃ: “UMA FOLHA LIVRE E DE OPINIÃO”.....	11
3) NOMEAÇÃO DE PEREIRA PASSOS PARA PREFEITO DO RIO DE JANEIRO..	17
4) A CONCEPÇÃO DE CIVILIZAÇÃO QUE ORIENTOU A REFORMA URBANA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	21
5) IMPRESSÕES DO CORREIO DA MANHÃ ACERCA DO PRIMEIRO ANO (1903) DO GOVERNO PEREIRA PASSOS.....	24
6) CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
7) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

INTRODUÇÃO

O início da república brasileira, principalmente a partir do século XX, foi caracterizado no que tange as práticas e processos comunicacionais por inovações tecnológicas que produziram transformações na construção dos periódicos e na percepção do público sobre as notícias.¹ Os avanços técnicos propiciaram o aumento de tiragens, diminuição de custos, a facilitação da reprodução de ilustrações diversas, como charges e caricaturas. Enfim, a melhora da qualidade e rapidez do processo de produção. Também ocorreu nesse período um aumento gradativo da diversificação de temas nas publicações, sobretudo nas revistas que abordavam questões infantis, femininas, literárias, esportivas etc. Mas, os jornais, geralmente diários e vespertinos, se concentravam na difusão das notícias mais recentes tanto da política quanto dos informes policiais e como Barbosa (2013) bem discorreu, existia uma crescente variação da gama de assuntos como os palpites do jogo do bicho ou programação dos cordões e blocos carnavalescos para tentar alcançar um número maior de leitores. Além disso, o fomento a produção interna de papel e as melhorias dos meios de transporte e de comunicação como o telégrafo contribuíram para aligeirar a transmissão de dados para as redações e a criação de um mercado jornalístico.

“De modo geral, a cena urbana nessas cidades capitais foi invadida por tecnologias que transformaram o imaginário e a maneira como se via o mundo. Cinematógrafo, fonógrafo, gramofone, linotipos, impressoras Marinonis, máquinas de um mundo que mudava as percepções visuais, auditivas e táteis. A entrada em cena desses aparelhos tecnológicos alterou a percepção do público.” (BARBOSA, 2013, p. 196).

A partir da segunda metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro experimentou um grande crescimento populacional devido a migrações internas e a entrada de mão-de-obra estrangeira estimulada pelo governo brasileiro. Benchimol (1999, p. 172) nos aponta que “De 1872 a 1890, a população da cidade praticamente duplicou. De 274.972 habitantes – dos quais 84.283 estrangeiros (30,6% do total) – passou para 522.651 habitantes, sendo 124.352 estrangeiros (23,8 % do total)”. Esse quadro de aumento do número de habitantes se manteve no início do séc. XX o que fez agravar problemas já existentes na cidade referentes à sua infraestrutura. Entre esses problemas podemos citar as constantes falta de água e o destino dado ao esgoto. O novo sistema de abastecimento de água inaugurado na cidade em 1880, que fomentou o início

¹ O Correio da Manhã, por exemplo, passou a publicar, a partir de outubro de 1903, notícias diárias sobre vários países enviadas por seus correspondentes fazendo uso do Telegrafo.

de uma rede de abastecimento domiciliar de água, não atendia a todos e além de muitas pessoas serem excluídas desse serviço, principalmente as mais pobres, nem sempre ele funcionava, pois a população ficava a seca nas estiagens². Segundo Benchimol (1999, p. 73), “O Rio de Janeiro foi uma das primeiras capitais do mundo a contratar uma companhia para instalar o moderno sistema domiciliar de esgotos” e em 1864 começou a funcionar a rede domiciliar de esgotos sob os cuidados da Companhia The Rio de Janeiro City Improvements e apesar desse serviço ter sido ampliado nas décadas seguintes e assim atingir um bom número de residências ele era de péssima qualidade e alvo de muitas queixas.³ Ou seja, não resolvia os problemas de insalubridade enfrentados pelos cariocas. Além disso, os hábitos das pessoas de jogar lixo, entulho, animais mortos e dejetos nas ruas também colaboravam para exacerbar as já precárias condições sanitárias encontradas nesse período. Soma-se a esse cenário, as constantes epidemias de febre amarela - que ao matar muitos imigrantes redeu ao Rio de Janeiro a reputação internacional de “túmulo de estrangeiros” -, varíola, peste bubônica, tuberculose etc. O combate a essas doenças, que já eram uma preocupação durante o Império, instigou os médicos higienistas a criarem várias teorias para erradicá-las. Essas teorias assinalaram as especificidades geográficas do Rio de Janeiro como a umidade, o calor, a posição dos morros e montanhas e a composição desordenada do espaço urbano como os principais responsáveis por essas moléstias e todo o discurso produzido pelos higienistas que condenaram repetidamente as habitações populares como “origem de mortíferas epidemias” influenciou as ações políticas e os projetos urbanísticos que visaram a modernização da cidade.

A medicina social mostrou-se, contudo, muito eficaz ao formular um discurso sobre o urbano, cujos argumentos principais e conceitos chaves repetem-se, até o início do século atual, com notável regularidade, em tudo o que disseram ou escreveram os engenheiros, políticos, governantes, jornais e capitalistas sobre a cidade, antes que Pereira Passos e o governo federal a submetessem a grande cirurgia reclamada pelos médicos desde 1850. Esse discurso infiltrou-se no senso comum das camadas dominantes e das camadas médias, culturalmente subalternas. (BENCHIMOL, 1992, p. 118).

² BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura (Coleção Biblioteca Carioca), 1992. (P.71)

³ “Ao se iniciar o período republicano, a rede da City Improvements ia até os confins da área urbana, desde a estação terminal dos bondes na Gávea até as oficinas da E.F. Central do Brasil no Engenho de Dentro” In: BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura (Coleção Biblioteca Carioca), 1992. (P.73)

É sempre indispensável lembrar que as produções científicas não são neutras nem alheias a conflitos sociais. Os conceitos e técnicas criadas pelos médicos higienistas estavam em sintonia com determinados valores e interesses. Elas se serviam ao mesmo tempo em que alimentavam teorias como o racismo científico, as ideias de “classes perigosas” e que para o Brasil tornar-se civilizado precisava reproduzir a cultura e os modelos dos países europeus considerados superiores.

Os problemas de insalubridade mencionados aliados ao interesse de adequar a cidade aos padrões de civilização desejados pela elite política e econômica da época motivaram a reforma urbana realizada na cidade no início do século XX. As obras conduzidas por Pereira Passos de (1903-1906) produziram grande impacto sobre os que as vivenciaram e o governo municipal recebeu a incumbência de abrir, alargar, prolongar e calçar ruas e arborizar lugares, ajardinar praças entre outras providências. Essas obras demandaram um grande número de desapropriações e demolições que geraram muitas controvérsias⁴, além de intervenções geográficas como desmontes e aterros que contribuíram para a criação de uma nova percepção da cidade e do significado de pertencê-la. Além disso, para construir a imagem de uma cidade higiênica e civilizada, segundo os parâmetros da prefeitura, foram tomadas medidas, muitas impopulares, que afetaram o cotidiano das pessoas, por exemplo, a proibição da criação de aves e suínos na cidade, a proibição da circulação de vacas leiteiras pelas ruas, quase todas as formas de comércio ambulante assim como quiosques que ocupavam as calçadas foram coibidos, moradores de rua foram recolhidos e enviados a abrigos. As medidas atingiram também as práticas religiosas de alguns cidadãos, como o candomblé que era proibido e sofreu dura perseguição policial. Ou seja, em nome da adequação da cidade do Rio de Janeiro - que representava o país por ser sua capital e principal porto de entrada- a um padrão de civilidade burguesa e europeia muitas práticas e formas de uso do espaço urbano pelas camadas populares - vistas como atrasadas por remeterem ao campo ou uma cultura distante da europeia - foram condenadas e reprimidas.

Considerando o que foi exposto acima e a relevância que a imprensa escrita possuía nessa época, era o principal meio de comunicação, este trabalho dedica-se a analisar como o jornal *Correio da Manhã* interpretou e representou em suas páginas

⁴ Eram frequentes os embates entre Pereira Passos e o Conselho Municipal que tentava preservar os interesses de proprietários e comerciantes. Levantavam-se questionamentos sobre a validade da intervenção do Estado na propriedade privada.

Pereira Passos em seu primeiro ano (1903) à frente da prefeitura do Rio de Janeiro. Verificando assim como esse prefeito foi recebido por essa importante folha

CORREIO DA MANHÃ: “UMA FOLHA LIVRE E DE OPINIÃO”

No período em que a imprensa escrita brasileira começava aperfeiçoar a sua produção, a se profissionalizar e se expandir o Correio da Manhã foi criado⁵. Esse jornal carioca, diário e matutino foi fundado em 15 de junho de 1901 pelo advogado Edmundo Bittencourt. A sua primeira edição foi composta por seis páginas - sendo três de anúncios - sem fotografuras e com textos sobre assuntos nacionais, internacionais e de destaque no Rio de Janeiro dispostos em colunas - O Paiz, um jornal que já era de grande circulação na época, apresenta nessa mesma data duas páginas de notícias e duas de anúncios. Essa folha que rapidamente passa a desfrutar de grande prestígio contou com a colaboração de nomes de diferentes posições políticas, desde monarquistas a republicanos radicais. Alguns exemplos de personalidades influentes que escreveram para esse jornal - muitas na chamada “coluna de honra” que era o espaço mais nobre da publicação e ocupava as primeiras colunas à esquerda na primeira página - são Rui Barbosa, Manoel Vitorino, vice-presidente da República no governo de Prudente de Morais, o monarquista Carlos de Laet que disse ter recusado convites de outros veículos da imprensa e só se sentiu à vontade para retornar a escrever para o Correio da Manhã, pois esse lhe garantiu liberdade de expressão. Outros nomes de destaque no meio acadêmico e literário como José Veríssimo - ilustre crítico literário e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras – Rocha Pombo e Arthur Azevedo também assinaram artigos nessa folha. Possivelmente como estratégia para ampliar o seu público, o Correio da Manhã também abriu espaço para diferentes segmentos sociais se expressarem. Alguns exemplos são a seção “Vida Acadêmica”⁶ criada para divulgar notícias de interesse da “classe acadêmica” informava sobre a Faculdade de Medicina, a Faculdade Livre de Direito, a Escola Polytechnica e a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais; a coluna “Pelos Subúrbios”⁷ era destinada, principalmente, a

⁵ “Na cidade do Rio de Janeiro, os cinco mais importantes periódicos em circulação, em 1900, atingiram a estonteante cifra de 150 mil exemplares publicados. Numa cidade com pouco mais de 500 mil habitantes, dos quais mais de 80% eram constituídos de analfabetos, havia que se introduzirem modos de comunicação letrados para o olhar e para ouvidos que ainda ouviam dizer as palavras lidas que ecoavam pelos gestos da oralidade.” (BARBOSA, 2013, P. 195).

⁶A seção “Vida Acadêmica” aparece pela primeira vez no Correio da Manhã em 22 de junho de 1901.

⁷A coluna “Pelos Subúrbios” aparece pela primeira vez no Correio da Manhã em 17 de junho de 1901.

queixas e denúncias dos moradores dos subúrbios sobre falta d' água, ruas em péssimo estado de conservação, valas abertas, praças sujas, entre outros problemas frequentes nessas localidades. Outra coluna interessante era a “Vida Operária”⁸, recebida com satisfação pelos operários, reservada para a publicação de artigos produzidos pelos trabalhadores além de registrar tudo o que se referisse a essa “laboriosa classe”.

No editorial de lançamento do Correio da Manhã, Edmundo Bittencourt dizendo escrever para o povo definiu o seu jornal como isento de ligações com partidos políticos, independente, que defende os direitos do povo e as suas liberdades e “um jornal de opinião, e, neste sentido, uma folha política”.

“Poucas palavras e muita sinceridade, porque desta columna estamos escrevendo para o povo. O Correio da Manhã não tem nem terá jamais ligação alguma com partidos politicos. É uma folha livre, que vae se consagrar com todo o ardor e independência a causa da justiça, da lavoura e do commercio – isto é, a defeza dos direitos do povo, do seu bem estar e das suas liberdades. [...] Em seu bom senso, nas observações de cada dia, sobejamente sabe o povo que essa nota de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é, bastas vezes, um estratagemma para, mais a gosto e a geito, poder ser parcial e mercenária. Jornal que se propõe, e quer de véras defender a causa do povo, do commercio e da lavoura, entre nós, não póde ser um jornal neutro. Ha de, forçosamente, ser um jornal opinião, e, neste sentido, uma folha politica. Não da política (ilegível) e interesseira dos partidos, mas da politica patriótica, nobre e sã, pela qual todo cidadão[...] tem o dever de interessar-se. [...] Mas, dessa política, desapaixonada e nobre, só uma imprensa francamente livre e independente póde se ocupar. Jornaes que servem aos interesses de um partido não podem pratica-la, e, muito menos, aquelles que se deixam avassalar pelo governo, entram em contacto com a verba secreta da policia ou são iniciados nos impenetráveis mysterios das duas maçonarias de negócios, que se chamam, entre nós, - Thesouro Federal e Banco da Republica. Esses vínculos, mênre de Deus, não tem, nem terá jamais o Correio da Manhã. Para que o publico, descrente destas coisas, se convença da sinceridade com que estamos escrevendo, basta pensar nos nomes que vão aparecer, diariamente, nas columnas de honra desta folha. Nella vão colaborar, formando-lhe o pensamento, os homens mais illustres, os espíritos de mais aprimorada cultura, de que se pode hoje orgulhar este paiz; entretanto, pelo temperamento, pelas ideas politicas, pelos atritos da vida, ha entre esses homens as mais profundas e irreconciliaveis divergencias. [...] Ora, no dia em que este jornal tomasse parte num desses cardumes ávidos e interesseiros, quando elle acompanhasse um

⁸A coluna “Vida Operária” foi divulgada pelo Correio da Manhã no dia 06 de junho de 1902.

desses cordões políticos que em geral se encaminham para os lados do Cattete, quando fosse ao Thesouro, aos cofres da policia ou do banco da Republica buscar motivo de convicção ou de adornos patrioticos, essa familia intelectual, que há de ser a honra e o lustre do nosso jornalismo, estaria morta, desfeita para sempre nesse dia. Nesse dia, também, este jornal teria de fechar as suas portas. Há no periodismo de hoje um como constrangimento diante da verdade, e, diante dos actos do governo, um temor que não se justifica, porque a esticamanda que se diga que o governo do honrado sr.dr. Campos Salles tem sido paternal e bom para a nossa imprensa. (BITTENCOURT, Edmundo. Correio da Manhã, 15 de junho de 1901.)

Bittencourt foi explícito no editorial de lançamento quanto ao distanciamento partidário do jornal. Nessa época, muitos jornais cariocas barganhavam com governantes e, por isso, tornavam-se submissos e parciais ao abordar as notícias sobre o poder público. Campos Sales (1983, p. 179) escreveu que “organizou a defesa de seu governo pela imprensa”: “Dada a situação excepcionalmente difícil, em que se encontrava o meu governo, não duvidei em enveredar por esse caminho francamente aberto e trilhado pelos que me antecederam”. Assumindo que comprou a opinião de várias publicações e indicando que essa prática era comum nos governos anteriores.

Campos Sales - integrante da elite paulista que com a República se tornou a elite política do país - membro do PRP, participou ativamente da militância e propaganda republicana e da conspiração que derrubou a monarquia - foi eleito presidente da República em 1898 e tomou posse em 15 de novembro desse mesmo ano. Como Ferreira e Pinto (2006) desenvolveram, Campos Sales criou o pacto político denominado política dos governadores ou política dos estados que visava à estabilidade do regime republicano. Essa política dos governadores estabeleceu que o governo federal ao garantir às oligarquias estaduais o domínio da política regional receberia em contrapartida o apoio destas que votariam no Congresso de acordo com os interesses do presidente da República. Dessa forma, procurou-se minimizar conflitos entre os estados e o poder central e também fomentar um Legislativo mais amansado, submisso ao Executivo, já que as escolhas dos deputados eram controladas. Esse pacto político entre os estados e o governo federal é considerado pela historiografia como o início da República Oligárquica brasileira e contra essa oligarquia, seus desmandos e ações que causaram miséria e prejuízos a população o Correio da Manhã se opôs em várias ocasiões. Esse jornal que realizou oposição ao governo de Campos Sales e

posteriormente ao de Rodrigues Alves⁹ se configurou como ponto de convergência de diferentes vertentes opositoras – reuniu tanto monarquistas quanto republicanos – e contestou frequentemente em seus textos a forma como a República era conduzida.

Gil Vidal em sua coluna *A Política*, sobre as comemorações do 15 de novembro de 1902, escreveu: “Não há razão para descrer da República, pois este governo ainda não funcionou no Brasil; nada podendo haver de menos republicano do que o que existe entre nós sob essa denominação”.¹⁰ O *Correio da Manhã* criticou duramente essa política dos governadores, a exclusão de vários segmentos da sociedade nas eleições e também denunciou as fraudes eleitorais. O fragmento abaixo sobre os protestos da população contra a Companhia de S. Christovão¹¹ que aumentou o preço das passagens dos bondes é um exemplo do estilo combativo adotado:

Desde que tiraram ao povo o direito sagrado de votar, desde que não é ele quem escolhe os seus representantes, e sim os sindicatos políticos e o governo, absolutamente, não lhe podem recusar o direito de resistir mesmo pela força à execução de uma lei iníqua e barbara, em cuja elaboração ele, nem de longe, tomou parte. (A S. Christovão, *Correio da Manhã*, 18/06/1901).

No início do século XX o Brasil possuía uma dívida externa alta decorrente de empréstimos contraídos durante o Império para financiar, entre outros, a Guerra do Paraguai e durante a República devido ao encilhamento e os gastos para conter revoltas e manter a ordem (RODRÍGUEZ, 2015). Campos Sales antes mesmo de assumir a presidência viajou para Londres e Paris para renegociar o pagamento das dívidas nacionais com seus credores e realizar um novo empréstimo para aliviar a conjuntura econômica complicada que o país enfrentava. Dessa forma, Sales firmou um *funding loan*¹² com as casas N.M. Rothschild e Sons Limited e seus esforços para cumprir os compromissos estabelecidos nesse acordo e recuperar o país da crise financeira que enfrentava orientaram a sua política econômica para o corte de gastos do Estado e a elevação de impostos. Em 1899, já como presidente, por meio de decretos, determinou a cobrança de impostos sobre artigos de consumo como bebidas, fumo, calçados, artigos

⁹ Essa oposição se torna mais agressiva durante o ano de 1904 em que ocorreu a aprovação da Lei da Vacinação obrigatória contra a varíola e que fomentou a Revolta da Vacina.

¹⁰ VIDAL, Gil. Quinze de novembro, *Correio da Manhã*, 15/11/1902.

¹¹ A *Companhia de S. Christovão* era responsável pelo serviço de bondes.

¹² Sobre *Funding Loan* consultar: ABREU, Marcelo de Paiva. Os *Funding Loans* Brasileiros – 1898 - 1931. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.32, n°3, 2002.

farmacêuticos, alimentos em conserva etc.¹³, além de cumprir uma agenda social bem contida. Os desdobramentos dessa crise financeira e as medidas adotadas por Sales para superá-la colaboraram para a sua impopularidade, pois o povo sofria com o desemprego, a alta dos preços decorrente de uma inflação galopante e a estagnação econômica. Essa situação de penúria em que os trabalhadores e desempregados viviam não passou despercebida pelas páginas do Correio da Manhã, diferente de muitos jornais que desenvolveram uma relação de subserviência com o governo federal e assim evitavam criticar Campos Sales e os problemas sociais e econômicos enfrentados em sua gestão. Gil Vidal, editor-chefe do Correio da Manhã, mesmo ao escrever sobre a restauração do crédito nacional - um aspecto positivo do governo de Campos Sales - em sua coluna “A Política” reitera a desaprovação do jornal a esse governo: “É indispensável que a olygarchia usurpadora e insaciável, que domina a nação no Centro e nos Estados, ceda o passo ao puro regimen republicano, que é o regimen da lei e do direito [...] A restauração do credito tem que preceder [...] a restauração republicana”.¹⁴

O Correio da Manhã conquistou o público já nos seus primeiros dias de trabalho ao apoiar a população carioca em seus protestos contra a Companhia de S. Christovão. No domingo (16/06/1901), segundo dia de funcionamento do Correio da Manhã, o jornal começou a cobertura desses episódios de grande repercussão nas ruas da capital e nos jornais. Inicialmente, as matérias intituladas “Companhia de S. Christovão” apresentavam um tom mais descritivo dos protestos ocorridos, dando detalhes como o local, horário, número de envolvidos nas manifestações, porém é perceptível que o jornal não desqualificou o movimento. Não chama, por exemplo, os protestos de “atos de vandalismo” ou os seus envolvidos de “vagabundos”, “desordeiros”. Na data (18/06/1901), terça-feira, em um editorial intitulado “A S. Christovão” essa folha exprime, claramente, o seu suporte a população, critica a prefeitura, a intendência e sinaliza casos de corrupção na empresa de bondes. Além de denunciar a violência policial ao tentar conter a população e o respaldo que Campos Salles deu a essas ações truculentas das forças de repressão.

O povo tem razão: exerce o mais legítimo direito resistindo a esse odioso e vexatório Imposto com que a Intendência e a Prefeitura acabam de o sinalizar em benefício da companhia de bondes de São Cristovão. [...] A verdade inteira

¹³ LASSANCE, Antônio. Pelas mãos dos presidentes: Construção do Estado e desenvolvimento em uma perspectiva comparada das presidências de Campos Salles e Getúlio Vargas. Brasília, DF, Brasil, 2013. Tese de doutorado. UNB. (P.92)

¹⁴ VIDAL, Gil. Restauração do Credito, Correio da Manhã, 05 de junho de 1902.

da situação é esta: empregados infieis, criminosamente, desfalcarem em milhares de contos os cofres da Companhia de S. Christovão; por outro lado, criminosamente, advogados administrativos e funcionários sem escrúpulos consumiram grande parte do ativo da companhia [...] Faz muito bem o povo. Defenda-se. (Correio da Manhã, 18/06/1901).

O caso da Companhia de S. Christovão foi assunto durante vários dias no Correio da Manhã, na maior parte das vezes na primeira página, como tema de artigo de opinião ou matérias sobre os excessos cometidos pelos policiais, denúncias sobre a corrupção dos governos municipal e federal e a situação das famílias das vítimas da polícia. Desse modo, o jornal apresentou-se inicialmente com um conteúdo em consonância com o seu editorial de lançamento em que dizia defender os “direitos do povo, do seu bem estar e das suas liberdades” e com os interesses do público que pretendia atingir.

Igualmente é interessante observar que o jornal ao se autoproclamar constantemente como parte do povo, defensor das suas causas e não economizar censuras ao governo, a polícia e circunstâncias que geravam insatisfação popular, consegue rapidamente se tornar querido e respeitado pela população além de influente, com suas publicações repercutindo tanto nas ruas quanto no Congresso. No texto “Victoria do Povo” que comenta o recuo da prefeitura acerca do aumento das passagens dos bondes encontramos um trecho que narra a repercussão positiva que o Correio da Manhã alcançou:

Estava vitorioso o povo [...] há três dias em pânico produzido por uma polícia violenta e vandálica. Ao Correio da Manhã, delirantemente ontem à noite aclamado por milhares de pessoas, e que se sente orgulhoso de contar inteira e incondicionalmente com o apoio popular. (Victoria do Povo, Correio da Manhã, 20/06/1901).

Em algumas notas também diz ter recebido a visita e os cumprimentos de universitários e do deputado Nelson de Vasconcellos em sua redação devido a cobertura realizada sobre as manifestações contra o aumento das passagens dos bondes. Outra marca desse jornal era a utilização de uma linguagem emotiva que, muitas vezes, assumia um tom agressivo para cativar e mobilizar os leitores. O trecho a seguir é um exemplo:

[...] Nós que somos do povo, desse povo bom e honesto, para o qual, neste instante, se voltam as carabinas da policia, só porque no seu desespero de sua miséria, ele ousa defender-se contra os galfarros que lhe querem tirar o seu pão e o pão da boca de seus filhos; nós que somos os sinceros defensores do povo, dizemos a esses falsos conselheiros: - Sim, o povo tem razão [...] Pois não

basta esta miséria, que escureja e tortura a nossa vida, fazendo despontar nas almas alanceadas pelo desgosto e pela miséria, o pensamento do suicídio? Não basta tudo isso?(Correio da Manhã, 18/06/1901).

O Correio da Manhã já no princípio de sua trajetória forjou uma imagem de independência, não poupando críticas a quem julgasse necessário, e oposição aguda a oligarquia que assumiu o comando da política nacional, que o jornal julgava como um “systema de injustiça, de intolerância, de opressão, de regresso, de corrupção e venalidade”, configurando-se assim como um “simulacro do regime republicano”. Essa postura combativa contrastava com a de outros veículos subservientes aos governantes.

NOMEAÇÃO DE PEREIRA PASSOS PARA PREFEITO DO RIO DE JANEIRO

Em 30 de dezembro de 1902, Gil Vidal¹⁵ - redator-chefe do Correio da Manhã - comentou na coluna que assinava, *A Política*, a nomeação de Pereira Passos para prefeito do Distrito Federal pelo presidente da República Rodrigues Alves :

Está nomeado prefeito do Distrito Federal o Dr. Francisco Pereira Passos. É uma nomeação, sem dúvida, que revela da parte do sr. Presidente da República o desejo de acertar e de servir bem. Ao passo que seus antecessores sempre consideraram política essa nomeação, o sr. Rodrigues escolheu um homem, sem ligações partidárias e que se tem distinguido principalmente como administrador. O Sr. Presidente da República só se preocupou, na escolha com os interesses da cidade pouco se lhe dando das conveniências da politicagem, que tanto mal tem feito á administração municipal. Na situação em que se encontra esta capital, sempre desgovernada, de sorte que de balde se procuram vestígios de uma administração zelosa, previdente e progressista, seria um crime nomear prefeito que fosse seguir a trilha comum.[...] Depois não há dificuldades insuperáveis para o administrador inteligente, perseverante, enérgico, honesto e de cujas boas intenções está o publico convencido. (VIDAL, Gil. O Novo Prefeito. Correio da Manhã, 30 de dezembro de 1902.)

O Correio da Manhã, por meio do seu redator-chefe, manifestou entusiasmo com a nomeação de Pereira Passos para a prefeitura do Rio, como é possível constatar pela longa lista de adjetivos atribuídos ao novo governante: “inteligente, perseverante,

¹⁵ Gil Vidal era o pseudônimo de Pedro Leão Vellozo Filho, primeiro redator-chefe do Correio da Manhã. Ele era baiano, formado em direito pela Faculdade do Recife e exerceu a profissão de advogado, professor de direito, juiz, promotor além de outros cargos públicos antes de se tornar redator do jornal.

enérgico, honesto”. Assim como no texto de Gil Vidal, em outros jornais¹⁶ Passos foi representado, ao menos no período inicial de seu mandato, como uma figura externa a vida política, um técnico e bom administrador. A sua trajetória como engenheiro bem-sucedido durante o Brasil Império provavelmente influenciou na formulação dessas impressões favoráveis. Passos constituiu um longo currículo com destacada participação na construção e expansão da malha ferroviária brasileira. Dentre os projetos que integrou pode-se citar: a construção da ferrovia Santos-Jundiaí em 1860, o prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II até o Rio São Francisco em 1868, em 1870 se tornou consultor técnico do Ministério da Agricultura e Obras Públicas, comandou a construção da Estrada de Ferro Corcovado em 1884 – o primeiro caminho férreo turístico brasileiro – e também foi nomeado, em 1874, engenheiro do Ministério do Império e assim participou da elaboração do Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro que posteriormente, quando prefeito, serviria de esboço para o seu plano diretor da cidade¹⁷, entre outros trabalhos que desenvolveu ao longo de sua carreira.

Até os dias de hoje Pereira Passos é citado como exemplo de prefeito ideal e ele se tornou o ícone da reforma urbana do Rio de Janeiro. Por mais que a remodelação da cidade fosse uma iniciativa do governo federal e as obras tenham sido divididas entre as duas esferas - municipal e federal - já no período em que essas transformações ocorreram, Passos se tornou o nome de referência e suas características profissionais e pessoais foram muito celebradas. O jornal *O Paiz*, por exemplo, descreveu o dia da posse de Pereira Passos procurando ressaltar o profissionalismo e a imparcialidade do novo prefeito. A matéria dá detalhes dos atos do governante indicando que já no seu primeiro dia começou a trabalhar arduamente, tendo várias reuniões, além de ser bem recebido por diferentes autoridades.

[...] O Dr. Pereira Passos, chegou à secretária do interior, onde foi recebido pelo Dr. J.J Seabra e Dr. chefe de policia, que ali se achava. Depois de ligeira palestra, o novo prefeito, a convite do Sr. Ministro do interior , assignou o termo de compromisso, saindo em direção à prefeitura, acompanhado do Dr. Pelino Guedes e do engenheiro Machado Mello. A entrada da prefeitura, onde era ansiosamente esperada a sua chegada, foi o Dr. Passos recebido por grande número de funcionários, pelos engenheiros da Estrada de Ferro Central do

¹⁶ Pereira Passos foi destaque em várias publicações no início de 1903. Alguns exemplos são *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *Revista Tagarela*, *Kómos* e *O Malho*.

¹⁷ PINHEIRO, Manoel Carlos e JUNIOR, Renato Fialho. *Pereira Passos: Vida e Obra*. Coleção Estudos Cariocas: Rio de Janeiro. PP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, N°20060802, Agosto -2006.

Brazil [...] O Dr. Passos demorou-se longo tempo no gabinete recebendo informações do Dr. Alexandrino do Amaral sobre vários serviços, entre eles, o da fiscalização geral dos calçamentos. (O Paiz, 31 de dezembro de 1902.)

Em outro trecho do mesmo texto do Correio da Manhã sobre a nomeação de Passos, Gil Vidal expressa apoio a decisão de Rodrigues Alves de suspender temporariamente as funções do Conselho Municipal.

O novo prefeito tem diante de si longo praso para governar, independente do Conselho, exclusivamente por si só, sem outra dependência que a do presidente da República, que o honra com a máxima confiança. Pode fazer, durante esse tempo, as reformas que entender convenientes; reorganizar os serviços pela forma que lhe parecer mais acertada. Pode rever o quadro do funcionalismo, dos novos regulamentos para a arrecadação das rendas. Enfim, tem todos os elemmentos para fazer uma excelente administração, cortando abusos, reparando erros, accumulando a cidade de melhoramentos e os seus habitantes de benefícios. É o que sinceramente desejamos. (VIDAL, Gil. O Novo Prefeito. Correio da Manhã, 30 de dezembro de 1902.)

Aprovada a Lei nº 939, de 29 de dezembro de 1902, em que o Conselho Municipal permaneceria fechado por mais de 180 dias, o prefeito que governou por meio de decretos e, por isso, foi chamado por muitos de ditador pôde fazer o que julgasse necessário em prol das prometidas transformações de melhoramento da cidade sem enfrentar oposição no Conselho Municipal. Essa total liberdade de ação que Passos exigiu para assumir a prefeitura, que incluía carta branca para o uso da verba municipal e legislar sobre várias questões¹⁸, foi respaldada por muitos jornais e intelectuais por ser considerada uma medida necessária para alcançar um bem maior - o progresso do país. Além disso, os grupos políticos locais - que majoritariamente participavam do Conselho Municipal - eram alvos de constantes denúncias da imprensa por irregularidades nas eleições, imoralidades e fraudes. Eles não desfrutavam de credibilidade e suas práticas eram vistas como sinônimo de politicagem.

A cidade do Rio de Janeiro teve a sua autonomia política cerceada durante o período em que foi Distrito Federal, inclusive sem a prerrogativa de realizar eleições

¹⁸ Art. 2º A eleição para o futuro Conselho Municipal será feita cento e oitenta (180) dias depois da publicação da, presente lei. Paragrapho unico. Durante esse periodo o Prefeito administrará e governará o Distrito Federal com plenitude de poderes, excepto o de crear e elevar impostos. BRASIL, Lei nº 939, de 29 de dezembro de 1902. CAPITULO V: Disposições transitórias.

para prefeito na maior parte do tempo, esse era nomeado pelo presidente da República e em vários momentos, os interesses locais foram submetidos à vontade do governo federal, o que gerou resistências cariocas no Conselho Municipal e lutas autonomistas contra as intervenções federais. (FREIRE, 2015) discorreu que uma das primeiras iniciativas do governo republicano após assumir o poder, com a intenção de demonstrar a sua autoridade e controle sobre a sede do seu governo, foi extinguir a Câmara Municipal carioca e criar um Conselho de Intendência provisório para administrar a cidade até a definição do formato da capital federal. Na visão da União, o município do Rio não poderia seguir a mesma ordenação político-administrativa dos demais, pois o governo federal temia perder a soberania sobre a sua sede ao permitir um governo municipal autônomo e eleito pelo voto popular. Por isso, a Lei Orgânica da cidade do Rio de Janeiro e seu município aprovada em setembro de 1892 expressava a tutela do governo federal sobre a cidade. Essa Lei definiu que o prefeito seria nomeado pelo presidente da República, o Conselho Municipal - eleito pelos cidadãos cariocas – era responsável por dividir obrigações políticas-administrativas com o executivo municipal e o Senado supervisionaria os dois além de examinar os vetos do prefeito. Nos anos seguintes a essa Lei foram implementadas mudanças que garantiram maiores poderes ao executivo federal e municipal em detrimento das funções do Senado e do Conselho Municipal para facilitar o controle federal sobre o município.

Campos Sales, que antecedeu Rodrigues Alves, procurou durante o seu mandato enfraquecer ao máximo o jogo político-partidário da cidade limitando a participação de grupos políticos locais. Sales, em seus quatro anos de governo, nomeou quatro prefeitos diferentes, mas essas sucessões também foram decorrentes da sua política financeira que deixou a prefeitura a mingua e os servidores municipais onze meses sem receber seus salários. Segundo (FREIRE, 2015), Rodrigues Alves deu continuidade as ações interventivas na capital iniciadas no governo anterior. A Lei nº 939, aprovada pelo Congresso, foi a “mais profunda intervenção produzida no sistema político-administrativo da cidade”, pois realizou mudanças na organização municipal do Distrito Federal que diluíram a força dos grupos locais que atuavam no Conselho Municipal, o Senado Federal também teve o seu papel de supervisor da administração municipal da capital reduzido e foi criada a figura do prefeito interventor federal. Algumas das mudanças implantadas pela Lei nº 939 foram:

Foi extinto o voto distrital e reduzido o número de intendentes de 27 para 10. Estes seriam eleitos por apenas um distrito eleitoral. O presidente do Conselho

Municipal perdeu também a prerrogativa de substituir automaticamente o prefeito em caso de necessidade. O prefeito e seu substituto passaram a ser indicados pelo presidente da República, sem a anuência do Senado. Este continuaria apenas a apreciar os vetos do prefeito. O Conselho sofreria ainda redução nas suas atribuições político-administrativas. (FREIRE, 2015, p.33)

Os prefeitos anteriores a Pereira Passos, como os indicados por Campos Sales, enfrentaram dificuldades financeiras e outras circunstâncias políticas que os transformaram em nomes esquecidos que se sucederam sem fazer diferença, enquanto Passos assumiu a prefeitura em um momento de estabilidade financeira, com amplos poderes e o respaldo do governo federal para a implantação de melhorias na cidade. Todos esses fatores contribuíram para que Passos fosse recebido com entusiasmo e confiança por diferentes jornais, incluindo o Correio da Manhã.

A CONCEPÇÃO DE CIVILIZAÇÃO QUE ORIENTOU A REFORMA URBANA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A estabilidade econômica alcançada durante o governo de Campos Sales, incluindo a renovação da confiança internacional no país que permitiu a efetuação de novos empréstimos, além de uma situação política sem tantos sobressaltos proporcionou a Rodrigues Alves condições favoráveis para a realização do projeto de “saneamento e embelezamento” da capital federal, que foi um dos principais temas da sua campanha a presidência da República. Devido a amplitude desse projeto, as obras foram divididas entre os governos federal e municipal. Segundo (ROCHA, 1995):

As principais obras ficariam a cargo da administração federal: a construção do cais do porto, a conclusão do canal do Mangue, o arrasamento do morro do Senado, a abertura da avenida Central. A cargo do município ficariam a abertura da avenida Beira-Mar, a abertura de uma avenida ligando o Passeio Público ao largo do Estácio, e o alargamento de uma série de ruas no coração da cidade. (ROCHA, 1995, p. 58)

A municipalidade recebeu assim a incumbência de abrir, alargar, prolongar e calçar ruas, arborizar lugares, jardinar praças entre outras providencias que visavam tanto a salubridade da cidade quanto a sua melhoria visual. Embora os projetos de cada esfera tenham se desenvolvido de forma autônoma ambos foram orientados pela intenção de adequar a cidade, que representava o país por ser sua capital e principal porto de entrada, a um ideal de civilidade burguesa e europeia.

Norbert Elias discorre que o conceito de civilização pode referir-se a costumes, regras sociais, nível de desenvolvimento tecnológico, organização política ou econômica e apresenta a França pós Revolução como um exemplo de algo que também ocorreu em outras nações europeias colonizadoras. Ele diz que a França de Napoleão assumiu o seu comportamento, a sua arte, produção científica, entre outras práticas como superiores e assim se portou como transmissora dessa civilização considerada concluída para outros povos vistos como primitivos ou incivilizados por não compartilharem os mesmos códigos de organização social e política. Desde a época do Brasil Império a elite política que comandou o país tinha a Europa, especialmente a França, como referência de civilização. Essa elite, da qual Pereira Passos e Rodrigues Alves eram parte, foi formada considerando justamente os valores, gostos, hábitos e produção científica europeia como modelos a serem reproduzidos. Essa busca por uma conformação aos padrões europeus refletiu-se nas instituições de ensino, nos seus meios de entretenimento, na moda e nas regras sociais. O Colégio Pedro II em que estudaram vários nomes que ocuparam posições importantes como de ministros, senadores, advogados, médicos tanto no Império quanto na República, um exemplo é Rodrigues Alves, seguia um currículo e código de normas baseados na educação clássica francesa.¹⁹ Assim como as formas de lazer da alta sociedade - clubes sociais, o Jockey Club, a ópera, os salões - também refletiam essa influencia estrangeira, enquanto elementos da cultura nacional eram menosprezados e vistos como sinais de atraso.

A elite carioca da belle époque nutria uma intensa preocupação em reproduzir a cultura burguesa franco-inglesa. Consumir artigos importados de luxo, manter-se atualizado com a moda europeia, frequentar os cafés e confeitarias do Ouvidor que tinham como inspiração “as ruas de encontro elegante de Paris ou Londres” eram formas desses membros da elite expressarem sua identificação com o estilo de vida burguês europeu. Assim, o fetichismo de consumo dessa elite se manifestava como a fantasia de ser reconhecida como tão civilizada quanto os franco-ingleses ao reproduzir seus hábitos e costumes enquanto boa parte da população do Rio de Janeiro vivia uma realidade bem diferente, permeada por pobreza e por heranças africanas e rurais.²⁰

¹⁹ NEEDELL, Jeffrey D. Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

²⁰ NEEDELL, Jeffrey D. Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Rodrigues Alves em seu manifesto publicado ao assumir a presidência da República, em 15 de novembro de 1902, reafirma que a principal meta de sua gestão era a reforma da capital federal além de expressar que os “interesses da imigração” eram primordiais para o desenvolvimento econômico do país.

Aos interesses da imigração, dos quaes depende em maxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se à necessidade do saneamento desta capital [...] A Capital da Republica não pode continuar a ser apontada como sede de vida difficil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de attracção de braços, de actividades e de capitaes nesta parte do mundo.(Manifesto inaugural A Nação, Correio da Manhã, 16/11/1902.)

É importante mencionar que a entrada de trabalhadores imigrantes, livres - na época do Império e também na Primeira República – visava atender necessidades econômicas de substituição de trabalhadores escravizados, conjuntamente, com a intenção de moldar o país a um ideal de civilização europeu. Tanto que nem todos os imigrantes eram bem-vindos. Alencastro (1998) nos indica que na segunda metade do século XIX a imigração chinesa era a que mais facilmente correspondia às necessidades de mão-de-obra dos fazendeiros, porém, a preferência da intelligentsia era por colonos europeus, especialmente alemães, pois os chineses eram considerados inadequados por não contribuírem para melhorar a nossa “moralidade e civilização”.²¹ Existia uma tolerância com imigrantes de “raças” taxadas como indesejadas desde que eles fossem trabalhar para alguém, mas somente poderia cultivar terras por conta própria os que correspondessem às características étnicas e culturais aprovadas pelo governo brasileiro.

As teorias raciais, elaboradas principalmente na Europa a partir de meados do século XVIII, mas que cresce em importância durante a segunda metade do século XIX, que associaram aspectos biológicos e fenotípicos a características culturais e morais e estabeleceram uma hierarquização de raças em que os caucasianos figuravam como superiores enquanto os negros ocupavam a posição mais baixa dessa escala eram muito presentes nas primeiras décadas da República brasileira. O progresso e a modernização do país também envolvia o embranquecimento da nação, ou seja, a diminuição gradual

²¹ Andrews diz o seguinte a respeito da preferência do governo brasileiro por imigrantes europeus: “A Constituição de 1891 proibiu a imigração africana e asiática para o país e os governos federal e estaduais da Primeira República (1891-1930) empreenderam esforços orquestrados no sentido de atrair a imigração europeia ao país. Tais esforços deram frutos na forma de 2,5 milhões de europeus que migraram para o Brasil entre 1890 e 1914, 987 mil com sua passagem de navio paga por subsídios do Estado.” (ANDREWS, 1997, p. 97).

até a extinção da influência negra e africana na construção da sociedade brasileira. Assim, a mão-de-obra estrangeira também servia ao propósito de civilizar o Brasil. Carlos Vainer em um artigo sobre as relações das políticas do Estado brasileiro com a noção de raça, na Primeira República, pondera que os governos:

Através da política migratória, revela um compromisso, pleno e explícito, com um projeto racista de construção da nacionalidade, fundada em conceitos de superioridade da raça branca e voltada ao “aperfeiçoamento” da população brasileira através da incorporação de contingentes imigratórios ditos eugênicos. (VAINER, 1990, p.113)

A desaprovação ao entrudo e os cordões do carnaval associados à cultura africana assim como a perseguição ao samba e as religiões de matriz africana durante a Primeira República estavam relacionados a uma herança negra que se pretendia superar por considerá-la inferior e incompatível com o ideal de civilização almejado pela elite governante moldada para valorizar a Europa.²²

IMPRESSÕES DO CORREIO DA MANHÃ ACERCA DO PRIMEIRO ANO (1903) DO GOVERNO PEREIRA PASSOS

O governo municipal incumbido da tarefa de auxiliar o executivo federal no projeto de “embelezamento e saneamento” da capital federal começou a desenvolver o seu trabalho já em janeiro de 1903. As primeiras medidas adotadas por Pereira Passos - que governava por meio de decretos e com o Conselho Municipal suspenso, ou seja, sem oposição ou interferências dessa casa – estavam relacionadas a proibição de hábitos e práticas identificados pelo prefeito e a classe social a qual ele pertencia como dissonantes para uma cidade civilizada. Essas proibições foram denominadas como Código de Posturas Municipais.

Na cobertura do Correio da Manhã durante o primeiro ano do governo Passos aparecem várias dessas Posturas Municipais. As formuladas inicialmente e que geraram muita repercussão foram a proibição do manejo de vacas pelas ruas para a venda de leite, a proibição da venda ambulante de miúdo de reses e bilhetes de loteria e do uso dos trilhos das companhias ferro-carris pelos carrinhos de mão²³. (LUCA, 2008) adverte

²² Para mais informações sobre esse tema, consultar: SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

²³ Aparecem publicações sobre a proibição da venda ambulante de leite com a condução de vacas pelas ruas, a proibição da venda ambulante de miúdo de reses e bilhetes de loteria e do uso dos trilhos das

que ao analisar um jornal além de levar em consideração as motivações implicadas em dar publicidade a alguma coisa, em transformar certos acontecimentos em notícia e outros não, também é preciso observar o destaque dado a publicação, o local que ela ocupou. “É muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas”. Seguindo essa perspectiva, observa-se que essas notas sobre as resoluções do prefeito aparecem geralmente na primeira página, na secção *Ontem*, junto as notas sobre as atividades realizadas pelo presidente da República - é um registro das agendas cumpridas por esses governantes – o que assinala a importância conferida a esse tema, como algo considerado relevante nacionalmente.

O Correio da Manhã manifesta seu apoio ao governo Passos já no início do mandato do prefeito. No dia 06 de janeiro de 1903 encontramos um pequeno texto, sem assinatura, na parte inferior da primeira página que demonstra a aprovação desse jornal as medidas tomadas pelo governante.

O Sr. prefeito, desejando coibir certos costumes que tão mal nos recomendam aos olhos dos estrangeiros que nos visitam, dia a dia vae procurando, na medida de suas forças, reprimir grande parte dos abusos a que já nos tínhamos habituado. Ainda hontem, determinou s.ex. que não fossem renovadas as licenças dos vendedores ambulantes de miúdos de reses. (Correio da Manhã, 06 de janeiro de 1903).

Essas medidas decretadas pela prefeitura foram bem polêmicas, produziram muita comoção popular, pois afetaram o cotidiano e a fonte de renda de muitos. A determinação do fim do transito de vacas pelas ruas para a venda de leite, por exemplo, gerou várias reclamações, pois as pessoas alegavam que o leite vendido em estabelecimentos comerciais costumava ser adulterado com o acréscimo de água ademais, às vezes, era comercializado mesmo estragado. Entretanto, aparecem poucas e discretas críticas a essa postura municipal, assim como as outras posturas, no Correio da Manhã. Os elogios às decisões do prefeito são mais constantes e de maior destaque. Decorridos dez dias do governo Passos começaram a ser feitas críticas ao prefeito nas ruas e em alguns veículos de comunicação por gastar energia com questões consideradas menores como as vacas, os miúdos de reses e os carrinhos de mão, sendo essa preocupação com “miudezas” identificada como “pano de amostra para um prefeito-dictador manifestar os seus elevados intuitos de poderio” e encontramos no

companhias ferro-carris pelos carrinhos de mão nas datas 04/01/1903, 06/01/1903, 07/01/1903, 08/01/1903, 09/01/1903, 10/01/1903 e 11/01/1903 no Correio da Manhã.

Correio da Manhã um texto rebatendo essas acusações, recorrendo a metáfora de uma senhora que começa a preparação de um vestido pelos detalhes, as miudezas e depois pela escolha do tecido e corte alegando ser seu “systema tratar primeiro dos miúdos e depois dos graúdos, porque para estes todo tempo é tempo, o que não se dá com aquelles”²⁴. Essa postura de defender o prefeito e o projeto de “embelezamento e saneamento” da capital é frequente nas folhas do referido jornal.²⁵

Outra questão muito presente nessa folha foi a intenção de Passos de retirar das ruas da cidade os quiosques de chumbo que funcionavam como lugares de consumo popular, atendendo principalmente os trabalhadores braçais. O jornal noticiou durante o mês de fevereiro de 1903 as negociações entre a empresa que administrava esse comércio e a prefeitura quanto ao valor da indenização.²⁶ O que se destaca nessas notícias é a linguagem agressiva empregada para desqualificar esses quiosques. Eles são chamados de “trambolhos”, “imundícies contrárias a esthetica e a hygiene”, “estafermos” entre outros adjetivos depreciativos. Como é possível constatar nos seguintes trechos:

É digna dos maiores aplausos a resolução em que está o dr. Prefeito municipal de terminar de vez com os Kiosques existentes nesta capital. Constituem eles um dos principaes pontos de infecção, além de concorrerem grandemente para que as ruas e largos da cidade apresentem um aspecto incompatível com o projectado embelezamento. Os menos perspicazes poderão facilmente compreender que os elementos obtidos nesses asqueirosos Kiosques só podem trazer maléficas consequências. Os focos pestilentos que se formam, são assinalados pela grande quantidade de moscas que por ali ovegam. (Correio da Manhã, 04 de fevereiro de 1903).

Terá a Prefeitura de tomar qualquer outra providencia a fim de limpar as ruas desses pontos de immundicie. O plano de embelezamento da cidade repele a continuação dessas esterqueiras, de que se não pode aproximar sem náuseas, tal o fétido que desprendem. (07/02/1903, Correio da Manhã).

A Prefeitura Municipal projecta, e com razão, limpar as ruas e praças dessas porcas casinholas, que se erguem como signaes de falta de limpeza. (Correio da Manhã, 10 de fevereiro de 1903).

²⁴ (Miudos e graudos, Correio da Manhã, 10 de janeiro de 1903)

²⁵ Encontramos no mês de janeiro outros textos defendendo e apoiando Pereira Passos como: (A escolha, Correio da Manhã 16/01/1903) e (Salubridade Publica, Correio da Manhã, 21/01/1903).

²⁶ Esse tema foi noticiado com o título Os Kiosques, na primeira página do Correio da Manhã durante o mês de fevereiro nas seguintes datas: 04/02/1903, 07/02/1903, 10/02/1903, 10/02/1903, 11/02/1903, 13/02/1903, 14/02/1903, 15/02/1903, 17/02/1903, 23/02/1903 e 27/02/1903.

Como Menezes (2003) desenvolveu, espaços de sociabilidade e lazer da população de baixa renda como bares e botequins que eram mal vistos devido as suas localizações, condições de higiene e frequentadores - muitos ex-escravizados utilizavam esses lugares - passaram a ser constantemente desqualificados discursivamente. Eram caracterizados como “locais sórdidos, de frequência vil, ambiência repugnante” e foram associados a um passado colonial, ao atraso e a desordem. Pois, pretendia-se por meio da linguagem construir um imaginário social favorável ao discurso ideológico dominante que envolvia a difamação do que era indesejado e o elogio a nova ordem apresentada. “Antes dos ânimos redundarem em violentos conflitos de rua, como o da Revolta da Vacina, um pequeno interregno deu espaço para a preparação da organização dos argumentos ideológicos dos grupos contendores. A luta inicial foi uma disputa de linguagens políticas.”²⁷

Do mesmo modo, as habitações populares além de serem continuamente condenadas pelos médicos higienistas e engenheiros sanitaristas por serem supostamente focos irradiadores de doenças, eram caracterizadas de forma pejorativa pela imprensa, todavia a precariedade denunciada nessas habitações era identificada em toda a cidade. “O discurso de higiene disseminou a condenação das habitações populares coletivas (insalubres ou não), fazendo abstração das más condições de higiene que imperavam igualmente nas moradias não populares, nas fábricas, escolas, quartéis, etc.” (VAZ, 1994, p.584). Além do mais, como Chalhoub (1996) discorreu, o conceito de “classes perigosas” adotado no Brasil no final do séc. XIX e vigente no pensamento de autoridades policiais e políticas no início do séc. XX era associado ao conceito de “classes pobres”, em outras palavras, todo pobre - mesmo o que nunca havia cometido algum delito - era visto como um potencial criminoso. Existia uma suspeição generalizada sobre as “classes pobres” e esse estigma se estendia as moradias dessa parcela da população, o que também explica a intensa perseguição as habitações populares - caracterizadas como “terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos”- tanto no final do Império como nos primórdios do regime republicano. Outrossim, Chalhoub argumenta que essas moradias foram importantes locais de luta e resistência contra a escravidão no final do século XIX e a truculência contra esses lugares “podia estar associada a uma tentativa de desarticulação da memória recente

²⁷ (MENEZES, 2003, p.90).

dos movimentos sociais urbanos”²⁸. Lembrando que esses chamados cortiços eram mais que “fontes de doenças” ou “um entrave a ser superado para conduzir o país pelo caminho civilizado”. Como (ROCHA, 1995) demonstrou em seu trabalho por meio de letras de músicas populares – uns dos poucos registros que podemos utilizar como fontes que indicam a visão dos moradores dessas habitações - essas moradias eram o lar de muitos, onde constituíam família, formavam laços de amizade e solidariedade, realizavam festas, enfim, construía suas vidas e memórias. O desmantelamento dessas habitações também foi a destruição de comunidades e suas identidades culturais.

André Nunes de Azevedo em seu artigo *A reforma urbana Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana* sustenta que o prefeito Passos não pretendia distanciar a parcela mais pobre da população do centro da cidade do Rio de Janeiro, mas sim realizar uma integração urbana conservadora. Ou seja, o centro da cidade reformado, com uma nova estética, novas atrações culturais e etiquetas serviria como um espaço para a educação dos operários que levariam os valores e concepções de mundo burguesas para os bairros em que residiam interligados a esse centro por novas ruas e artérias devido às transformações urbanísticas. Porém, essa tese de integração urbana não parece convincente, a análise dos fatos nos indica que as ações do prefeito resultaram em mais obstáculos à sobrevivência e acesso das camadas populares ao centro do Rio de Janeiro. As demolições realizadas agravaram a crise habitacional já enfrentada e geraram um grande número de desabrigados do dia para a noite que encontraram como soluções, a transferência para bairros mais afastados, se aglomerarem nas habitações coletivas remanescentes ou construir suas moradias em áreas desvalorizadas como as encostas de morros, intensificando assim o processo de favelização. As demolições, incluindo as dos chamados cortiços considerados insalubres, que eram parte das medidas julgadas necessárias para sanear a cidade impeliram muitos a viverem em favelas sem as mínimas condições de higiene - sem água encanada, sem rede de esgoto e sujeitos a contraírem várias doenças. Em outras palavras, o fim de diversos cortiços ditos insalubres não resultou em condições de vida dignas para a população mais pobre e as casas construídas para os operários pelo Município, apenas 120, não resolviam o problema habitacional. Outros fatores também colaboraram para dificultar a permanência dos trabalhadores no centro:

²⁸ CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Cia da Letras, 1996. P. 25-26.

A valorização e especulação com o solo elevando o preço dos aluguéis, os novos impostos que acompanhavam o fornecimento e serviços como iluminação elétrica, calçamentos modernos, água, esgotos; a legislação municipal estabelecendo restrições e normas arquitetônicas para as construções urbanas; a proibição do exercício de determinadas profissões ou práticas econômicas (como a criação de animais domésticos, o plantio de hortas) ligadas a subsistência das famílias trabalhadoras... tudo isso atuava, indiretamente, como poderosa força segregadora, revolvendo, sobretudo, área central da cidade. (BENCHIMOL, 1992, p.287)

Em um trecho de um texto do Correio da Manhã acerca do alargamento da rua Treze de Maio, encontramos a reprodução desse discurso higienista, tão difundido na época, que condenava as moradias populares como focos de doenças e sinalizava que o caminho que conduziria o Brasil rumo ao progresso, “ao seu aperfeiçoamento moral e material” envolvia a resolução dos problemas de higiene pública. Além de demonstrar o incômodo que causava a presença dessas moradias e seus habitantes no centro da cidade, no trajeto para o bairro das elites.

Mais um melhoramento vamos dever ao dr, prefeito municipal: é o alargamento da rua Treze de Maio, fazendo desaparecer as casinhas baixas e insalubres ali existentes [...] Agora, que o ilustre dr. Oswaldo Cruz vae pondo em execução o seu plano para exterminar a febre amarela, não é mais que todas as autoridades o auxiliem, concorrendo conjuntamente para a aniquilação completa de todos os foccos. Há no Rio de Janeiro, sinão milhares, pelo menos centenas de casas que necessitam vir abaixo, não só como medida de embelezamento como de hygiene. A passagem dos bondes para Botafogo, bairro onde reside a elegância carioca e se hospeda o estrangeiro, pela rua Treze de Maio, dá logar a uma péssima recomendação para esta pobre cidade, tão injustiçada lá fora, onde, em todas as épocas do anno, se considera epidêmica. Unam-se todas as autoridades no louvável proposito de sanear e embelezar o Rio de Janeiro, e não faltará quem o procure, trazendo-nos elementos com os quaes muito progrediremos. (Actualidades. Correio da Manhã, 03/08/1903).

Seguindo a perspectiva de correção de hábitos e práticas consideradas incivilizadas na cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos também proibiu a criação de animais como porcos e galinhas, o plantio de hortas, fazer fogueiras em ruas e praças públicas, os cachorros de ruas foram mortos e a mendicância criminalizada, sendo os considerados inválidos enviados ao asilo de São Francisco de Assis e os outros presos.

Sobre esse assunto, foi veiculada no *Correio da Manhã* uma matéria criticando o prefeito por perseguir mendigos e cães:

Com o fim de fazer desaparecer a vergonha de se encontrar em cada ponto de uma cidade civilizada, pessoas cobertas de andrajos, afasta-se dos olhos da burguesia o espectáculo comovente da miséria, e do infortúnio que ellas lembram. Faz-se crer deste modo que tudo anda num mar de rozas. Não, isto é um mal... O mendigo é um programma, que pede solução e não são os onerosos asylos que os governos mantêm e a tirania de que se servem contra estes desprotegidos da sorte que há de resolver a questão [...] Os cães da rua, afeitos a todos os homens, aquelles que são os mais sociaes, são o alvo da guerra, da preocupação com que os governantes, afastam com nugas da natureza desta atenção, das questões de verdadeiro alcance e importância. (GALVÃO, Pedro Barreto. *Correio da Manhã*, 04 de fevereiro de 1903).

Essa matéria de crítica negativa foi publicada na segunda folha do jornal, assinada por Pedro Barreto Galvão que procurou apresentar um pouco da posição do positivismo sobre a mendicância. Porém, dois dias depois foi divulgado na coluna de honra do jornal um texto de autoria do padre José Severiano de Rezende aprovando a decisão de retirar os mendigos da rua. É interessante observar que na narrativa do primeiro trecho em nenhum momento o autor usa os termos prefeito, Pereira Passos ou governo municipal, apenas fala em governos, enquanto no segundo relato o padre já se refere explicitamente ao prefeito.

Um bello dia, o cego desapareceu. O publico respirou. O prefeito, que não consegue varrer o lixo das ruas, varreu de todas as praças e vielas toda a tropa esfarrapada e “ilegível” dos mendigos. Foi, sem duvida, um alvitre excelente. Esse pobres por ahi fora derramados, nas esquinas, nos jardins, nos adros das egrejas, cada qual revestia, na sua miséria e na sua lazeira um ocioso e um vagabundo: homens, mulheres, creanças, velhos e velhas, de todas as nacionalidades, a contar e a cantar desgraças, a expor feridas, a exhibir aleijões, a fermentar por toda a parte, que cousa deprimente e vilipendiosa. [...] Não, o prefeito teve razão, e o trabalho de limpeza publica, começando por ahi, foi bem inaugurado, tanto mais que não faltam asylos onde toda essa tumultuaria horda tenha que comer aprendendo a trabalhar. (REZENDE, José Severiano de. *Correio da Manhã*, 06 de fevereiro de 1903)

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, séc. XIX, trouxe a preocupação para as classes dominantes de assegurar que o liberto se tornasse um trabalhador, ou seja, que ele vendesse a sua capacidade de trabalho. Tanto que nos meses seguintes a abolição da escravidão muitos debates parlamentares concentraram-

se na discussão do projeto de repressão à ociosidade de 1888 que pretendia educar os libertos para adquirirem o hábito do trabalho por meio da repressão e da obrigatoriedade. Toda essa preocupação estava relacionada a percepção desses parlamentares de que os libertos possuíam vícios morais, que não eram civilizados para serem cidadão plenos, mas que a liberdade para eles seria o mesmo que a possibilidade de cometer crimes e viver no ócio. Dessa forma, criou-se um discurso positivo sobre o trabalho para justificar a sua obrigatoriedade para a população de baixa renda, para que o trabalho fosse identificado como “valor supremo da vida em sociedade” independentemente de retornos materiais. Assim, construiu-se o conceito de vadiagem como uma ameaça a ordem, depravação de costumes e da moral que conduziria ao crime contra a propriedade e a segurança individual.²⁹ O jornal ao dar mais destaque ao texto que apoiava Pereira Passos no citado tema, indica respaldar o pensamento presente entre as classes dominantes da Primeira República de que as “classes pobres”, especialmente a parcela negra, eram propensas ao ócio, ao crime e a vícios morais.

Como o projeto de civilizar o Rio de Janeiro estava associado a reprodução dos hábitos e costumes da burguesia urbana europeia, tudo que remetesse ao meio rural, as tradições populares e a cultura produzida pelos negros era visto como símbolo de atraso e algo a ser superado. A batalha de flores, uma festividade introduzida por Pereira Passos na cidade, em 1903, como uma alternativa ao entrudo, foi celebrada e enaltecida diversas vezes no Correio da Manhã como um sinal de progresso do Rio de Janeiro rumo ao ideal de civilização almejado:

A delicada e gentil diversão que faz as delicias dos povos cultos, e na qual se empenha tudo quanto as finas sociedades têm de mais fidalgo, vae, pela vez primeira em nossa capital, se realizar com o esplendor e com a magnifica beleza de que é revestida nas grandes cidade européas. Ferir-se-á a batalha de flores, no primeiro domingo de agosto, nesse formoso e tão pouco apreciado parque do Campo de Sant’Anna, que se tornará a great attraction do nosso alto mundo social. Ao illustre dr. Pereira Passos, cuja administração municipal tanto se tem recomendado à benemerência publica, vae a nossa cidade dever o encantador divertimento, que é tudo quanto há de chic e de bizarro. (Correio da Manhã, 07 de julho de 1903).

Ao actual prefeito não ficaremos a dever somente o saneamento e embelezamento da cidade: ao illustre administrador, aos seus esforços, a sua

²⁹ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

atividade, a nossa população terá a agradecer ainda o início de divertimentos de uma fina e encantadora feição, e que, neste momentos, é a nota chic de todas as grandes capitães da civilizada Europa. (Correio da Manhã, 10 de julho de 1903).

Os trechos acima são claros quanto ao público que essa nova diversão se dirigia e esse esforço para a introdução de uma forma de lazer considerada condizente com os padrões da civilização moderna tinha um caráter pedagógico, a intenção de educar a população para costumes julgados refinados, pois os protagonistas desse contexto eram os membros da elite familiarizados com regras de etiqueta desejadas enquanto o restante da população, especialmente a parcela mais pobre, menosprezada por usar camisa sem paletó e andar descalça assistia ao espetáculo.³⁰ O evento consistiu em um desfile de charretes e automóveis enfeitados com flores em que se exibiam as famílias da alta sociedade com seus trajes elegantes. Os três veículos escolhidos por uma comissão julgadora como mais bem decorados receberam como prêmios, entregues pelo presidente Rodrigues Alves, “objetos de arte e pendões de seda pintados a gouche”³¹, o valor arrecadado pela cobrança de ingressos para a entrada no local foi revertido para instituições de caridade e o parque do Campo de Santana para receber essa “festa chic e elegante” foi rica e cuidadosamente ornamentado pela prefeitura com flores, plantas e pavilhões que vendiam bebidas, doces e sorvetes.

Após a realização do evento, na coluna *Por Ahi a Fora*, Ivo do Val ao escrever suas impressões sobre a festa reforça a ideia de que ser civilizado estava associado ao domínio de códigos de comportamento e práticas relacionadas aos hábitos da burguesia europeia, mais especificamente inglesa e francesa. Além de exaltar Pereira Passos como o responsável por conduzir a cidade do Rio de Janeiro em um caminho considerado de progresso e melhorias.

A festa nos inicia num novo rumo de vida mais condigna de uma sociedade que se tem, com todo o direito, na conta de civilizada, pois para isto não nos falta cultura, mas sim a pratica de uns tantos costumes que até hoje a tradição sugestiva da velha e feia cidade nos tem vedado de adquirir. Além das corridas, das regatas, da flanerie da rua do Ouvidor e do arrasta-pés dos bailes,

³⁰ SEVCENKO escreveu o seguinte sobre a correção de hábitos compreendidos como incivilizados: “Campanha mais reveladora dos excessos inimagináveis a que levava esse estado de espírito foi a criação de uma lei de obrigatoriedade do uso de paletó e sapatos para todas as pessoas, sem distinção, no Município Neutro. O objetivo do regulamento era pôr ‘termo à vergonha e à imundície injustificáveis dos em mangas-de-camisa e descalços nas ruas da cidade’.” (SEVCENKO, 1999, p.33).

³¹ De acordo com uma nota publicada no jornal Correio da Manhã em 12 de agosto de 1903.

que é o nosso fraco ou o nosso forte, precisamos, por amor do bom gosto e da saúde, viver mais ao ar livre, utilizando os nossos parques e as nossas estradas para batalhas de flores, cavalgadas e toda essa infinidade de jogos e diversões que fazem a delicia e a força dos ingleses. [...] A todos os respeitos, finalmente, a batalha de flores foi um triumpho para o dr. Passos, que, quando quer, quer, e tem a rara virtude de saber querer. [...] Que a formosa festa se repita [...] Marque a cidade com uma pedra branca o dia 15 de agosto de 1903. (Correio da Manhã, 17 de agosto de 1903).

Tanto nesse excerto acima como nos anteriores sobre a Batalha de Flores é possível verificar que são destacadas as qualidades pessoais do prefeito, caracterizando as suas realizações enquanto governante como frutos de seu esforço pessoal sem mencionar que o governo municipal recebeu a incumbência de auxiliar o executivo federal no projeto de “embelezamento e saneamento” da capital³².

Mesmo em um texto publicado na coluna de honra do Correio da Manhã em que Edmundo Bittencourt não poupou críticas negativas a Rodrigues Alves e a demora para o início das obras de “melhoramentos moraes e materiaes” prometidas, Pereira Passos é muito elogiado, como se fosse o único verdadeiramente preocupado e comprometido com a cidade do Rio de Janeiro.

São passados nove mezes e, não fosse o esforço e a peregrina inteligência do ilustre dr. Pereira Passos, prefeito municipal, esta cidade estaria remergulhada no desprezo de outros tempos. Só ele chama sobre si a atenção publica e dia a dia afirma em traços poderosos a sua vontade, a sua vigorosa personalidade, que arrebatava e sugestia o publico. Quanto ao sr. Rodrigues Alves e ao seu governo já ninguém mais se ilude, dele já não se espera nada! (BITTENCOURT, Edmundo. Basta de Contemplações!, Correio da Manhã, 10 de setembro de 1903).

Ao analisar as matérias do Correio da Manhã a partir da posse de Rodrigues Alves e durante o ano de 1903, nota-se que esse jornal, inicialmente, demonstrou simpatia pelas propostas de governo do presidente, principalmente pelo seu discurso de posse em que prometeu os referidos melhoramentos para atrair capital e mão de obra estrangeira. Porém, com o decorrer dos meses, e acontecimentos como fraudes nas eleições federais, o modo como foi conduzida a disputa pelo território do Acre com a Bolívia, falta de água no Distrito Federal, contrato das obras do porto feito sem

³² Também foram publicadas matérias com elogios e detalhes sobre a Batalha de Flores no Correio da Manhã nas seguintes datas: 12/08/1903; 14/08/1903; 15/08/1903 e 04/09/1903.

concorrência, compra de um palácio em Petrópolis destinado a residência de verão do presidente por um particular anônimo, entre outras questões, fizeram com que Rodrigues Alves passasse a ser representado como uma continuação dos vícios identificados em Campos Sales, tais como a política dos governadores, o favorecimento de interesses pessoais em detrimento do público, enfim, como um traidor da causa republicana. Foram veiculados inúmeros artigos de opinião assinados por Gil Vidal, cuja coluna gozava de muito destaque e prestígio, condenando as decisões do presidente e a postura dos seus ministros, por exemplo, o ministro do interior, Seabra era censurado quase diariamente nesse jornal.³³

Próximo ao fim do período concedido a Pereira Passos para governar com amplos poderes, incluindo as atividades do Conselho Municipal suspensas, por meio da Lei nº 939, de 29 de dezembro de 1902³⁴, o deputado gaúcho Cassiano do Nascimento - líder da Câmara - apresentou ao Congresso um projeto de Lei - conhecido como “Projeto Cassiano” – que pretendia prorrogar os poderes extraordinários do prefeito e adiar as eleições municipais por mais um ano, porém, esse projeto gerou a insatisfação dos grupos políticos locais já enfraquecidos pela intervenção federal no sistema político-administrativo da cidade que os diminuía na gestão do governo municipal. A possibilidade de aprovação dessa Lei produziu nos jornais tanto manifestações de apoio quanto de condenação. O Jornal do Commercio fez duras críticas ao Projeto Cassiano, chamando-o de revolucionário, iníquo, “esbulho afrontoso aos direitos constitucionais” e repetia constantemente que o Distrito Federal vivia sob a ditadura Passos.³⁵

O Correio da Manhã assumiu prontamente a posição de defensor do governo Passos. Durante a discussão do citado projeto essa folha publicou nas suas colunas de maior prestígio artigos assinados por diferentes colaboradores elogiando Passos e a iniciativa do deputado Cassiano sem deixar de rebater as acusações do Jornal do Commercio. Em trecho de um texto de Souza Bandeira verificamos que mais uma vez o

³³ O Correio da Manhã passou a criticar de forma mais persistente e intensa Rodrigues Alves a partir de setembro de 1903. Alguns exemplos de artigos assinados por Gil Vidal condenando o presidente da República são: 05/09/1903; 09/09/1903; 13/09/1903; 15/09/1903; 13/10/1903; 14/10/1903; 16/10/1903; 15/11/1903; 28/11/1903; 02/12/1902; 16/12/1903 e 30/12/1903.

³⁴ Art. 2º A eleição para o futuro Conselho Municipal será feita cento e oitenta (180) dias depois da publicação da, presente lei. Parágrafo unico. Durante esse periodo o Prefeito administrará e governará o Distrito Federal com plenitude de poderes, excepto o de crear e elevar impostos. BRASIL, Lei nº 939, de 29 de dezembro de 1902. CAPITULO V: Disposições transitórias.

³⁵ Um exemplo é o artigo *Projecto Iniquo* publicado em o Jornal do Commercio no dia 27 de maio de 1903.

prefeito é classificado como um administrador competente, alheio à política. Como se as suas decisões fossem apenas técnicas e isentas de orientações ideológicas ou interesses.

Merece o mais franco e decidido apoio dos munícipes o projecto do sr. Cassiano do Nascimento para prorrogar o prazo dos poderes extraordinários do prefeito. O digno deputado rio-grandense, colocando-se acima das pequenas exigências da politica partidária, identificou-se de todo com os interesses nacionais, e ofereceu clara e francamente a solução do governo municipal, que está na consciência de todos [...] O que se precisava era de um homem superior que se identificasse com a administração do Districto e livre de todas as peias que até agora tem empecido a marcha dos negócios, se limitasse a administrar, sem pensar em política, sem se preocupar com quaisquer outras considerações estranhas ao fim que tivesse em vista. Este homem foi encontrado. A autoridade excepcional que lhe foi dada pelo prazo de seis mezes está quase a esgotar, e o resultado apresentado é de tal natureza que impressiona os mais desiludidos pessimistas. Nota-se em toda a cidade um movimento fora do comum. Projectam-se melhoramentos, rasgam-se avenidas, saneam-se prédios. (BANDEIRA, Souza. O Projecto Cassiano. Correio da Manhã. 31/ 05/1903).

Em outro texto em defesa do Projeto Cassiano, acusa-se os grupos políticos da cidade do Rio de Janeiro de usarem a defesa da autonomia municipal como pretexto para alcançarem o poder, pois esses grupos eram regularmente alvos de denúncias relativas a fraudes eleitorais e outras irregularidades, tanto que o termo política ganhou uma conotação pejorativa em diversos artigos sobre essa discussão.

O projecto sobre o adiamento das eleições municipaes, ora em discussão na Camara dos Deputados, só tem sido atacado pelos representantes do Districto Federal, o que oferece ao debate, nesse particular, uma feição de interesse local. Esse ataque é característico: não se inspira no zelo pela autonomia do município nem representa preocupação pelo bem publico, belezas apenas invocadas nos momentos em que a politica corre risco. Não está ao sabor dos politiqueros a vertical administração do actual prefeito, alheio dos conluios, espirito superiormente orientado, ao qual é necessário, por meio de um conselho municipal organizado pela confederação de interesses subalternos, opor uma barreira, e ao seu programma de embelezamento e saneamento desta cidade. (Correio da Manhã, 23/06/1903).

O Correio da Manhã prosseguiu em sua campanha em defesa de Pereira Passos e Ivo do Val, um colaborador dessa folha, reforçou que a situação de plenos poderes do

prefeito não era algo preocupante, mas sim justificável devido a sua importante tarefa de regenerar a cidade. A imoralidade e politicagem dos representantes do Conselho Municipal carioca também foram usadas como argumentos para adiar as eleições e o *Jornal do Commercio* (denominado como “O Jornal” no trecho abaixo) foi duramente criticado e apontado como aliado aos interesses dos políticos locais desonestos.

Com o pretexto de defeza da autonomia municipal, anda-se representando por ahi a fora uma grandíssima farçada [...] O Jornal, mascarando suas baterias com o mesmo pretexto hypocrita, queimando a escova fóssil e rebarbativa vovó do seu artigo de fundo, bombardeou o projecto do governo e especialmente a pessoa do prefeito [...] Antes de tudo, seus refinados farfantes, não está absolutamente em jogo a sorte da autonomia do districto federal; trata-se apenas de prolongar um regimen de exceção creado com geraes applausos ou com o silencio cúmplice dos protestantes de hoje. Esse regimen legalmente anômalo foi em boa hora instituído quando a situação do districto era moralmente anomalissima, como o único remédio que se pode achar então para os males que nos envergonhavam [...] Só o despeito mesquinho, o interesse sórdido, o machinismo ignóbil pode tentar nega-la no momento em que não há um palmo de solo desta cidade que não ateste a acção salutar do regimen vigente, e em que o povo, a victoria o gênio bemfasejo que ora preside os seus destinos [...] A alguns cidadão que andam de boa fé nesta campanha, cumpre-nos abrir os olhos e mostrar que estão servindo aos baixos interesses do Jornal, de mãos dadas com a capadoçagem impenitente que faz da capital do paiz uma calabria política. (VAL, Ivo do. Por ahi á fora. *Correio da Manhã*. 01/06/1903).

Novamente, Pereira Passos e a sua reforma urbana são muito elogiadas em um texto no *Correio da Manhã*, como é possível perceber no fragmento abaixo. Interessante que os autores das colunas sempre colocam a citada reforma como indiscutível e os que a criticam ou se opõem de alguma forma são vistos como contrários ao progresso da cidade ou ligados a interesses escusos, em outras palavras, são pintados como traidores.

Quero estar no numero dos que como Gil Vidal, Souza Bandeira e todos daqui e outros chronistas das nossas folhas, aplaudem essa nova éra de embelezamento do Rio de Janeiro. Era já crime que a mais bela cidade do mundo pelo grandioso das suas perspectivas naturaes, fosse e continuasse a ser a immunda metrópole da porcaria e da doença ... Vê-se, agora que temos um homem à frente dos negócios municipaes, alheio a politica e a politicagem, convencido e enérgico, começar a transformação da misera cidade esquecida até agora e privada dos benefícios da própria formosura [...] E se nada vale, possa ao menos significar o entusiasmo com que presenciamos essa grande

revolução anti-política, com que já se vão denunciando outros hábitos e costumes. (XYZ. Outras cositas mas, Correio da Manhã, 02/06/1903).

Ao ser restabelecido o funcionamento do Conselho Municipal, o jornal continuou a rejeitar os representantes dessa casa e exaltar as qualidades do prefeito:

Foi instalado hontem definitivamente o Conselho Municipal, que, por medida de exceção, não funcionava há mais de um anno. Entra, pois o Districto no regimen normal. O interregno foi de certo, de grande vantagem: basta um rápido estudo comparativo entre o estado da municipalidade em qualquer dos últimos anos e as suas condições actuais para, desde llogo, se concluir que a cidade do Rio de Janeiro só teve a lucrar com a lei portadora de poderes excepcionais ao prefeito. É bem verdade que o alto tino administrador do dr. Pereira Passos concorreu poderosamente para que aquella lei fosse convertida em utilidade, mas, por outro lado, não se poderá negar que os nossos conselhos municipaes, por si só, bastariam para anular os maiores esforços do melhor administrador. (M. Actualidades, Correio da Manhã, 02/09/1903).

Durante o ano de 1903, o Correio da Manhã realizou uma intensa campanha em prol da melhoria do serviço de fornecimento de carnes verdes na cidade do Rio de Janeiro. Com o fim do monopólio da empresa *Salgado, Cardoso, Lemos & C.* que foi alvo de denúncias de preços exorbitantes na venda das carnes e falta de higiene nos matadouros, fruto de subornos aos fiscais da prefeitura, instaurou-se uma situação que o jornal chamou de “matança livre”, ou seja, qualquer matadouro poderia fornecer carnes para os açougues da capital, porém, os problemas apontados anteriormente persistiram. Os açougueiros vendiam as carnes pelo preço que queriam e não existia garantia alguma sobre a procedência e qualidade dos produtos. Diante dessa conjuntura, Pereira Passos tentou ressuscitar uma concorrência anulada em 30/10/1902 que concedia a exploração do comércio de carnes verdes por trinta anos a empresa *Vieira & Teixeira*, entretanto, na época em que essa proposta de concessão foi anulada, o Correio da Manhã já havia publicado uma série de críticas a essa proposta e preconizou o quanto ela seria desvantajosa para a população. A iminência da assinatura de contrato entre a *Vieira & Teixeira* e a prefeitura em 1903, fez o Correio da Manhã realizar censuras a Pereira Passos:

Os argumentos apresentados para justificar o acto do sr. prefeito municipal que, da concorrência annullada, exhumou a proposta de *Vieira e Teixeira*, longe de o defenderem, vieram trazer forte subsidio para a condenação do seu procedimento. [...] O commercio de carnes verdes precisa ser regularizado; a

aceitação dessa proposta foi, porém, uma péssima solução, encontrada pelo sr. prefeito municipal, para problema de tanta monta. (Carnes Verdes, Correio da Manhã, 04/02/1903).

Essa polêmica envolvendo as carnes verdes foi a única, no ano de 1903, que fez o Correio da Manhã produzir críticas tão incisivas contra Pereira Passos. O jornal, inclusive, afirmou que o prefeito reviveu a proposta de concessão para a empresa Vieira & Teixeira para beneficiar parentes de pessoas próximas e obter vantagens financeiras:

Já se vae sumindo, na penumbra das desilusões a aureola de esperanças que cercava o nome do actual prefeito municipal. Os interesses ocultos, nascidos do filhotismo oficial, conseguiram aplinar as tortuosidades do escândalo e levantar a flammula victoriosa da exploração para abrir o abysmo onde, em dias que não vem longe, hão de cahir esfalmadas as victimas da insaciabilidade deinhoirosa. Para aceitação desse contracto de carnes verdes, concorreu mais a lamuria insistente da alta posição, que deseja desenvolvidos os capitães da parentela, que a preocupação de amparar o bem estar dos munícipes. Que a esse contracto não presidiram a imparcialidade e a independência que eram de esperar do dr. Pereira Passos, provam as próprias publicações da Prefeitura Municipal. (Carnes Verdes, Correio da Manhã, 06/03/1903).

Houvesse um pouco mais de critério, moralidade e decência nos negócios municipaes e hontem mesmo esse contrato de matadouros modelos teria sido fulminado pela declaração de inexistência. As peias interesseiras da exploração, elos formidáveis, que, num circulo de ferro, prendem o dr. Prefeito municipal, deixam-no sem movimentos para rasgar essa sentença de morte lavrada contra a sua reputação, impedem-no de apagar essa mancha atirada sobre o seu nome por uma especulação inqualificável. Já não pode haver duvidas sobre a dependência do dr. Pereira Passos, que se tem mostrado intimamente ligado a essa negociata repelente, prestando o impulso de seu nome à manutenção desse conchavo, que a opinião publica condemnou desde o inicio, reconhecendo, logo que ele surgiu, o renascimento das despejadas transacções, de que era protetor o sr. Campos Salles. (Carnes Verdes, Correio da Manhã, 10/03/1903).

Porém, o presidente Rodrigues Alves rescindiu o contrato entre a prefeitura e a firma Vieira e Teixeira e o jornal retomou os elogios a Pereira Passos. Essa questão do abastecimento das carnes verdes rendeu durante o ano todo. Em novembro de 1903 surgiram novas denúncias quanto a qualidade da carne e a corrupção de funcionários da

prefeitura. Açougueiros foram ao escritório do Correio da Manhã pedir auxílio, pois os médicos da prefeitura e o administrador do entreposto de S. Diego não aceitavam suas reclamações sobre o péssimo estado das carnes vendidas e os obrigava a aceita-las.³⁶ O trecho abaixo é oriundo de uma matéria em que jornalistas do supracitado jornal acompanharam uma comissão enviada pelo prefeito para avaliar o trabalho dos médicos sanitaristas municipais na inspeção dos animais a serem abatidos e na carne pronta para ser comercializada. Os jornalistas narraram as irregularidades verificadas e concluíram comunicando a decisão do prefeito de suspender os médicos e veterinários do matadouro de Santa Cruz e os do entreposto de S. Diego. Mas, o detalhe é que Passos foi enaltecido, suas qualidades mais uma vez exaltadas, mostrando que as acusações anteriormente desferidas pela folha foram superadas.

Não foi em vão que confiamos no espirito justiceiro do dr. Pereira Passos. Hontem mesmo foram tomadas providencias pelo ilustre prefeito municipal contra a inqualificável e criminosa exploração das carnes verdes, para a qual tivemos sempre as mais enérgicas palavras de reprovação, mostrando o enorme perigo dela resultante. (Carnes Verde, Correio da Manhã, 12/11/1903).

Outras mudanças conduzidas por Pereira Passos, como a Inauguração do Jardim do Alto da Boa Vista, ajardinamento da Praça Tiradentes, calçamento de ruas, construção de pequenos mercados no município também figuraram nas páginas do Correio da Manhã sempre em tom de aprovação. Alguns exemplos são:

Decididamente está esburacada Sebastianopolis vae passando por uma verdadeira reforma, tanto na parte material como nos velhos hábitos do povo. As diversas praças ultimamente ajardinadas provam que já podemos cultivar flores em jardins sem gradil, que o nosso publico está educado, sabe respeitar tudo o que ocorre para o aformoseamento desta capital. Confiando nisso, é que o dr. Prefeito vae reformar o jardim da Praça Tiradentes, mandando fazer ali canteiros de belas roseiras e flores perfumosas.(Correio da Manhã, 03/06/1903)

Graças ao sr. pefeito, está sendo calçado o trecho inicial da rua do Ouvidor, que não foi contemplado por ocasião de ser executado o contrato Doria. Os paralelepípedos empregados são os comuns-macacos, como chamam os calceteiros – assentados sobre uma solida base de macadame, pois não poderia exigir perfeição das pyramides Doria naquele trecho, visto o grande transito de carroças que ali há. Entretanto, o dr. Bevilacqua, engenheiro da prefeitura, e o seu ajudante esmeram-se na sua execução [...]. Este calçamento, que estará

³⁶ (Carnes Verdes, Correio da Manhã, 11/11/1903).

prompto até o fim da semana, é muito barato, incomparavelmente muito mais barato que o restante da rua do Ouvidor, offerencendo, porém resistência suficiente às carroças, graças aos cuidados de que se revestiu o preparo do solo, e, se assim se tivesse procedido sempre, há muito tempo que poderíamos ter um calçamento superior nas ruas desta capital. (Rua do Ouvidor. Correio da Manhã, 25/05/1903).

Desde pela manhã, apesar da impertinente chuva que cahia, para as bandas da Tijuca, uma romaria alegre animava as ruas daquele pitoresco bairro, em demanda do Alto da Boa Vista, recanto escolhido de preferencia pela elite da nossa sociedade para descanso durante a estação calmosa. Dali, deste abençoado pedaço de terra, onde se fortificam os pulmões, purifica-se a alma e se revigora a intelligencia, assistimos o desfilar garrido de distintas e formosas patricias, que ansiosas aguardavam a chegada da comitiva presidência. [...] O sr. Muratori, em nome dos moradores daquele aprazível bairro, saudou o presidente da Republica e o dr. Pereira Passos. Após a inauguração dirigiram-se os visitantes, em carros, para a Vista Chinez, cuja beleza e encanto representam a comunhão e congraçamento da natureza e da arte. Em meio do caminho pararam s.exs. no caramanchão e mesa do Imperador, ultimamente restaurada, onde lhes foram servidos café, biscoitos, licores etc. [...] O jardim, de onde vimos de assistir a sua inauguração, abrange uma área de 15.000 metros quadrados. Em seu aterramento foram empregados 25.000 metros de aterro, retirados de um morro situado em sua circunvisinhança. [...] O seu estylo é de paisagem, com grandes ruas circulares, além de um grande passeio que o circunda. No centro acha-se construído um belíssimo pavilhão rustico sobre um rochedo, tendo em volta um grammado com flores. (Excursão ao Alto da Tijuca – Inauguração do jardim da Boa Vista. Correio da Manhã, 13/10/1903).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Correio da Manhã já nasceu, em 1901, como um jornal grande. Em pouco tempo em circulação conquistou o público e se tornou muito influente, com suas matérias comentadas tanto nas ruas quanto no Congresso. Lembrando que nessa época a imprensa escrita era a principal fonte de informação. Esse jornal, já de início, assumiu uma postura combativa, criticando duramente o presidente Campos Sales, o modo como o regime republicano era conduzido - com fraudes eleitorais e a política dos governadores. Em diversos momentos a oligarquia que assumiu o comando da política nacional foi alvo de censuras nas páginas do Correio da Manhã. Essa conduta contrastava com a de outras folhas subservientes aos governantes.

Rodrigues Alves assumiu a presidência da República, em 1903, com o projeto de modernizar a capital federal, ou seja, conferir a cidade uma infraestrutura e feição compatíveis com as necessidades do grande capital, visando atrair mão-de-obra e investimentos estrangeiros. Para auxiliar o governo federal nessa tarefa, Rodrigues Alves nomeou Pereira Passos como prefeito do Distrito Federal. As transformações urbanísticas conduzidas por Pereira Passos, que envolveram o alargamento, prolongamento e abertura de novas vias, arborização de lugares, jardinagem de praças etc. foram orientadas pela intenção de adequar a cidade a um ideal de civilização europeu. Ou melhor, costumes, moda e valores burgueses europeus eram considerados superiores e dignos de reprodução enquanto o que se distanciava desse modelo, como a cultura popular brasileira constituída por heranças africanas e rurais era menosprezada.

As medidas adotadas pelo prefeito como as posturas municipais que proibiram a criação de porcos e galinhas no centro da cidade, o cultivo de hortas, o exercício de certas profissões populares além da demolição de inúmeras habitações coletivas dificultou a sobrevivência dos mais pobres no centro do Rio de Janeiro. O Correio da Manhã, embora tenha se apresentado em seu editorial de lançamento como o defensor dos “direitos do povo, do seu bem estar e das suas liberdades”, apoiou, como analisado ao longo deste trabalho, no primeiro ano de governo de Passos (1903), as decisões do prefeito referentes ao “embelezamento e saneamento” da capital federal. Esse jornal manifestou, em vários textos publicados, concordar com o ideal de civilização almejado, alguns exemplos são o respaldo que deu ao fim dos quiosques e a exaltação a Batalha de Flores. Dessa forma, ao apoiar o modo como Pereira Passos realizou a reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro, o Correio da Manhã titubeou em sua promessa de defesa

dos direitos do povo, porém, ele se manteve independente, não poupando críticas a quem julgasse necessário e sem se submeter a acordos com governantes. A aprovação incontestável dessa folha a Pereira Passos foi devido a uma afinidade com os valores e projetos apresentados pela prefeitura e todos os discursos positivos desse jornal sobre Pereira Passos contribuíram para a construção de sua imagem de prefeito exemplar, bom administrador e um técnico alheio a politicagem.

REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Jornais:

O Paiz, 31 de dezembro de 1902.
 Correio da Manhã, 15 de junho de 1901.
 Correio da Manhã, 05 de junho de 1902.
 Correio da Manhã, 15 de novembro de 1902.
 Correio da Manhã, 16 de novembro de 1902.
 Correio da Manhã, 30 de dezembro de 1902.
 Correio da Manhã, 06 de janeiro de 1903.
 Correio da Manhã, 04 de fevereiro de 1903.
 Correio da Manhã, 06 de fevereiro de 1903.
 Correio da Manhã, 10 de fevereiro de 1903.
 Correio da Manhã, 06 de março de 1903.
 Correio da Manhã, 10 de março de 1903.
 Correio da Manhã, 25 de maio de 1903.
 Correio da Manhã, 31 de maio de 1903.
 Correio da Manhã, 01 de junho de 1903.
 Correio da Manhã, 02 de junho de 1903.
 Correio da Manhã, 03 de junho de 1903.
 Correio da Manhã, 23 de junho de 1903.
 Correio da Manhã, 07 de julho de 1903.
 Correio da Manhã, 10 de julho de 1903.
 Correio da Manhã, 03 de agosto de 1903.
 Correio da Manhã, 17 de agosto de 1903.
 Correio da Manhã, 02 de setembro de 1903.
 Correio da Manhã, 10 de setembro de 1903.
 Correio da Manhã, 13 de outubro de 1903.
 Correio da Manhã, 12 de novembro de 1903.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e Escravos - Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. São Paulo: NOVOS ESTUDOS – CEBRAP, 1998.

ANDREWS, George R. Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. In: Estudos Avançados 11 (30), 1997.

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. Revista Rio de Janeiro, nº10, maio-ago, 2003.

BARBOSA, Marialva. História da Comunicação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura (Coleção Biblioteca Carioca), 1992.

CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. Da propaganda à Presidência. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Cia da Letras, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

FREIRE, Américo. República, cidade e capital: o poder federal e as forças políticas do Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). Rio de Janeiro: uma cidade na história. 2º ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

LASSANCE, Antônio. Pelas mãos dos presidentes: Construção do Estado e desenvolvimento em uma perspectiva comparada das presidências de Campos Salles e Getúlio Vargas. Brasília, DF, Brasil, 2013. Tese de doutorado. UNB. (P.92)

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas – História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. — 2.ed., 1ª reimpressão.— São Paulo : Contexto, 2008.

NEEDELL, Jeffrey D. Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MENEZES, Wagner Chagas de. O Punga saiu do entulho: o pequeno comércio do Rio de Janeiro às vésperas da reforma Pereira Passos. Revista Rio de Janeiro, nº10, maio-ago, 2003.

PINHEIRO, Manoel Carlos e JUNIOR, Renato Fialho. Pereira Passos: Vida e Obra. Coleção Estudos Cariocas: Rio de Janeiro. PP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Nº20060802, Agosto -2006.

ROCHA, Oswaldo Porto. A Era das Demolições: a cidade do Rio de Janeiro 1870-1920. 2.ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação cultural. Divisão de Editoração, 1995.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Campos Sales: governança republicana em tempos de turbulência. Minas Gerais, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VAINER, Carlos B. Estado e raça no Brasil: Notas exploratórias. In: Cadernos Cândido Mendes. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, nº 18, 1990, p. 103-118.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. Análise Social, vol. XXIX (127), 1994 (3º), p.581-597.